

O ATLÂNTICO ESCRAVISTA AÇÚCAR, ESCRAVOS E ENGENHOS*

Joseph C. Miller**

Uma maneira convencional de entender a África no contexto histórico do Atlântico é entendê-la como um complexo integrado de escravos africanos trabalhando em plantações de cana-de-açúcar nas ilhas atlânticas e nas Américas. O açúcar foi o produto dinamizador de uma amarga economia que ligava três continentes, ao longo de mais de três séculos, através de fluxos — ou, neste caso, também correntes — de povos, produtos e minerais preciosos.

Na literatura histórica, este sistema é geralmente tratado como uma “instituição”, ou parte de uma estrutura mais ou menos estática, de origens remotas no mar Mediterrâneo oriental do século XIV, depois desenvolvida de novo nas ilhas atlânticas nos séculos XV e XVI, e finalmente estendida ao nordeste do Brasil e às Antilhas nos séculos XVII e XVIII — seria assim um complexo de trabalhadores, “fábricas rurais” (engenhos) e cana que mudava de lugar e aumentava suas dimensões quantitativas, mas cuja natureza não se alterava. Há numerosas interpretações da chamada “origem” desta economia atlântica, de natureza estável — e não histórica —, entre elas algumas interpretações por historiadores conhecidos.¹

* Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada na II Reunião Internacional: História da África (Rio de Janeiro - 30 de outubro de 1996). Agradeço aos organizadores deste evento a oportunidade de dele participar. Agradeço também ao Prof. João José Reis, a seus colegas e alunos do Mestrado em História da UFBA pela oportunidade de discutir estes assuntos num seminário animado e estimulante.

** Departamento de História, Universidade de Virginia (EUA).

¹ Em graus diversos: Sidney Greenfield, “Plantations, Sugar Cane and Slavery”, *Historical Reflections/Réflexions historiques*, 6 (1979), pp. 85-119; também “Madeira and the Beginning of New World Sugar Cane Cultivation and Plantation Slavery: A Study in Institution Building”, in Vera Rubin e Arthur Tuden (orgs.) *Comparative Perspectives on Slavery in New World Plantation Societies* (Annals of the New York Academy of Sciences, vol. 292) (New York: New York Academy of Sciences, 1977), pp. 536-52; Michael M. Craton, “The Historical Roots of the Plantation Model”, *Slavery and Abolition*, 5, 3 (1984), pp. 189-221; William D. Phillips, Jr. “The Old World Background of Slavery in the Americas”, in Barbara L. Solow, (org.) *Slavery and the Rise of the Atlantic System* (Cambridge MA: W. E. B. DuBois Institute for Afro-American Research, and New York: Cambridge University Press, 1991), pp. 43-61. Também a introdução em Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*, New York, Cambridge University Press, 1986 (tradução: *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial* [Rio de Janeiro: Companhia das Letras/CNPq, 1988]). As pesquisas foram recuadas por alguns autores até o próprio limiar das origens romanas das leis de escravatura no Novo Mundo. Por exemplo, William D. Phillips, Jr., *Slavery from*

O objetivo desta contribuição ao tema da “invenção dos arquipélagos do Atlântico” no contexto da história da África, é desobstruir esta imagem generalizada e equilibrada de um tal “sistema”, para revelar as dimensões cronológicas de um processo integralmente histórico de desenvolvimento através dos anos, por etapas distintas, passo a passo, de ilha para ilha. De fato, o chamado “complexo do engenho” maduro, como apareceu finalmente nas Antilhas inglesas e francesas no século XVII, primeiramente na Jamaica e em Saint Domingue, foi o resultado de uma lenta montagem, durante quatrocentos anos, de elementos diversos, freqüentemente integrados por razões inesperadas e até irônicas.

Para explorar a composição histórica deste “complexo do Atlântico Sul”, formado por escravos, açúcar e engenhos, aponto o que me parecem ser as suas fases históricas chaves e descrevo-as tal e qual eram: de algum modo uma “estrutura”, mas sobretudo um processo contínuo. De outra maneira, perde-se de vista as contingências, as eventualidades, os dilemas e os insuportáveis extremos para os quais as pessoas eram constantemente empurradas, e não vemos todos os dramas humanos e as tensões que isto implica, nem as construções mentais ou os mal-entendidos que prevaleceram. Quero contrastar esse processo o mais nitidamente que puder com o tipo limitado de mudança teleológico/progressiva que está subjacente no outro tipo de “história” estrutural, focado nas “origens”, na identificação, teorização ou concretização e reificação de “características institucionais” abstratas e até pré-ordenadas pela mente do historiador.

Debruço-me sobre os anos mais remotos deste processo, não porque ando à procura de “origens” epifenomenais, mas porque os séculos mais antigos contrastam mais nitidamente com o estereótipo, que é baseado em condições históricas que emergiram somente no século XVIII. Começo com este contraste

Roman Times to the Early Transatlantic Trade Minneapolis, University of Minnesota Press, 1985 (tradução: *La esclavitud desde la época romana hasta los inicios del comercio transatlántico* [trans. Elena Pérez Ruiz de Velasco] [Madrid: Siglo XXI de España, 1989]). Phillips trata mais cuidadosamente as mudanças técnicas e as formas de mão-de-obra empregadas em “Sugar Production and Trade in the Mediterranean at the Time of the Crusades,” in Vladimir P. Goss e Christine Verzár Bornstein, (orgs.), *The Meeting of Two Worlds: Cultural Exchange during the Period of the Crusades* (Kalamazoo, 1986), pp. 393-406. A tradição acadêmica de remeter as origens do Novo Mundo a instituições européias tem raízes veneráveis: Charles Verlinden, “Esclavitud medieval en Europa y esclavitud colonial en América”, *Revista de la Universidad Nacional de Córdoba: Homenaje a Monseñor P. Cabrera* (1958), vol. 1, pp. 177-91 (tradução: “Eslavaje médiéval en Europe et esclavage colonial en Amérique.” *Cahiers de l’Institut des hautes études de l’Amérique latine*, 6 [1964], pp. 27-45; também como “Medieval Slavery in Europe and Colonial Slavery in America [trans. Yvonne Freccero]”, em Verlinden, *The Beginnings of Modern Colonization* [Ithaca: Cornell University Press, 1970], pp. 33-51); “Les origines coloniales de la civilisation atlantique: antécédents et types de structure”, *Cahiers d’histoire mondiale/Journal of World History*, 1, 2 (1953), pp. 378-98; “Précédents et parallèles européens de l’esclavage colonial”, *O Instituto: Revista científica e literária* (Coimbra), 113 (1949), pp. 113-53; “Le problème de la continuité en histoire coloniale: de la colonisation médiévale à la colonisation moderne”, *Revista de Indias*, 11 (nos. 43-44) (1951), pp. 219-36.

temporal porque constitui uma base sobre a qual posso traçar o processo que se seguiu. Esta “base” não deve ser entendida como plataforma estável, o único ponto de partida, uma instituição essencial, mas uma instituição antiga, concebida também como um momento transitório, embora remoto, destacada aqui só para fins hermenêuticos. Desta forma, julgo que posso sugerir como foi que o inovador, o inadequado e o imprevisível desafiaram um grande número de criadores a inventar o sistema — aliás sem querê-lo, como se veio a verificar — sob formas que estavam em geral bastante desequilibradas, repletas de tensão e incompatibilidades, para manter as pessoas sempre em busca de outros meios, para as reduzir e, deste modo, manter os acontecimentos em marcha. Do contrário, perde-se este espírito de imprevisibilidade e, por conseguinte, muito do significado histórico dos anos mais remotos da escravidão, do comércio de escravos e desliza-se para além do que é característico de suas fases mais remotas: as profundas alterações na organização da terra, produção de mercadorias, mobilização de mão-de-obra e o comércio de escravos, tudo efetivamente ocorrendo ao longo do século xv até o século xviii na Europa, África e nas Américas. O resultado deste longo processo — as plantações extensas e integradas, trabalhadas pelos escravos das Antilhas no século xviii, apoiadas por um comércio negreiro bem organizado e razoavelmente eficiente — estava muito longe de ser uma realidade, ou até mesmo previsível, em tempos mais remotos. Tratar este período formativo em termos das instituições maduras que emergiram só mais tarde é, por conseguinte, um anacronismo, um teleologismo e algo não-histórico.

Devo reconhecer que não me vejo desacompanhado nesta vertente historiográfica, pois os bons trabalhos neste sentido agora começam a aparecer sobre outros elementos deste complexo atlântico — inclusive a recente obra sobre a história do açúcar, de autoria de John Galloway,² e a história econômica, numa escala Atlântica, de Barbara Solow e outros colaboradores.³ Também são dignos de registo, no campo da escravidão americana, o livro de Stuart Schwartz sobre a Bahia⁴ e o artigo de Philip Morgan sobre a América do Norte durante o período colonial.⁵

² Curiosamente, um geógrafo, antes que um historiador, embora com apetite pela história: John H. Galloway. *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from its Origins to 1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989; veja também o artigo anterior deste autor, “The Mediterranean Sugar Industry,” *Geographical Review*, 67 (1977), pp. 177-94.

³ Barbara L. Solow, “Capitalism and Slavery in the Exceedingly Long Run”, *Journal of Interdisciplinary History*, 17, 4 (1987), pp. 711-37; Solow e Stanley L. Engerman (orgs.), *British Capitalism and Caribbean Slavery: The Legacy of Eric Williams*, New York. Cambridge University Press, 1987; Solow, (org.), *Slavery and the Rise of the Atlantic System*.

⁴ Schwartz, *Sugar Plantations*.

⁵ Philip D. Morgan, “Whither the Comparative History of New World Slavery”, *Journal of Ethnic Studies*, 8, 1 (1980), pp. 94-109. As sínteses recentes mostram cada vez maior sensibilidade histórica, como Peter Kolchin, *American Slavery, 1619-1877*, New York, Hill and Wang, 1993; e sempre o trabalho de Ira

Para assinalar a crescente, trabalhosa e sinuosa montagem dos numerosos elementos dispersos por detrás de agregados aparentemente estáticos do comércio de escravos no Atlântico e da escravidão nos engenhos, concentro-me nos seus aspectos económicos. O tráfico e a escravidão eram, afinal, emprego e negócio para as pessoas envolvidas, e algumas delas tinham recursos económicos significativos em jogo. Também há, obviamente, questões éticas vitais levantadas pelo comércio de gente. Há também a questão de que os africanos contribuíram contínua e enormemente para os processos culturais no Novo Mundo.⁶ Mas os meus propósitos exigem que comece por realçar os fatores financeiros, pois para iniciar a escravidão como instituição comercial foram necessárias quantias de dinheiro consideradas avultadas naquele período. Os construtores do sistema não só tiveram que montar empresas comerciais caras e altamente arriscadas na África, mas também tiveram que custear as despesas iniciais relativas à compra e posse da massa de sua força de trabalho, abrir, defender e manter vastos territórios espalhados sobre um mundo novo e — em particular para os engenhos de açúcar — construir e operar grandes, caras e complexas máquinas industriais, embora primitivas. E fizeram isso tudo sem terem a mínima noção sobre que direção tomariam, a longo prazo, sobre as taxas de crescimento que alcançariam com o empreendimento e as futuras escalas de produção, sem precedentes na história mundial. Para tudo isto foi necessário dinheiro, isto é, metais preciosos e, em particular, crédito, especialmente durante os primeiros anos que me interessam, mas também mais tarde, durante outros períodos de crescimento rápido. A clássica plantação de cana-de-açúcar do século XVIII — grande, integrada, trabalhada por escravos e muito dispendiosa —, digamos, na Jamaica ou em Saint Domingue, pode, por conseguinte, ser vista (para os nossos objetivos aqui) como o produto de um moroso e complexo processo de acumulação de capital e como uma entidade de natureza completamente diferente dos seus precedentes. Nunca teria ela se tornado a principal forma organizacional da escravidão no Novo Mundo se o capitalismo mercantil europeu não se tivesse desenvolvido para muito além de sua capacidade rudimentar no século XV, quando os financiadores italianos iniciaram uma série de ações neste sentido. Ou,

Berlin, "From Creole to African. Atlantic Creoles and the Origins of African-American Society in Mainland North America", *William and Mary Quarterly*, 53, 2 (1996), pp. 251-88.

⁶ Os muitos trabalhos de John K. Thornton, esp. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*, New York, Cambridge University Press, 1992. Também Douglas B. Chambers, "My Own Nation": Igbo Exiles in the Diaspora", *Slavery and Abolition*, 18 (no prelo, 1997). O argumento contrário foi recentemente reafirmado em Sidney Mintz e Richard Price, *The Birth of African-American Culture: An Anthropological Perspective* (Boston: Beacon Press, 1992) (originalmente *An Anthropological Approach to the Afro-American Past* [Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues, 1976]).

para por a questão noutros termos, só quando os riscos reduziram significativamente foi que os principais atores da economia da Europa se dispuseram a investir nela. Deste modo, o aspecto econômico, principalmente a criação de fatores de mudança de estilo capitalista, fornece o principal índice através do qual assinalo os pontos básicos da narrativa.

Neste nível econômico, o fluxo de metais preciosos foi o fator determinante para reforçar a capacidade dos emergentes mercados de capital da Europa no financiamento do elevado custo da expansão Atlântica. O ouro africano contribuiu para o crescimento inicial dos ativos monetários europeus durante o século xv e início do xvi, particularmente no momento em que os portugueses avançaram ao longo da costa noroeste do continente africano. Este metal fundamental tinha a tendência de encaminhar-se para a Itália e mais tarde para os Países Baixos, na Europa do norte. Um breve fluxo de ouro do Caribe seguiu-se entre 1500 e cerca de 1540, depois maciçamente suplementado pela prata mexicana e peruana na segunda metade do século xvi e no século xvii, a maior parte importada pelos espanhóis mas depois recambiada para o norte, sobretudo para a Inglaterra e a França. Depois de 1700 o ouro brasileiro entrou na economia europeia em quantidades enormes, e aqui também uma significativa parte apenas passou por Portugal a caminho do Banco da Inglaterra. A chave do crescimento comercial consistia em concentrar este dinheiro nos centros financeiros do norte da Europa, onde se tornou a base monetária para as notas bancárias e ações negociáveis no comércio, depois nas indústrias e em toda a estrutura de crédito, que eventualmente transformou o comércio e o desenvolvimento colonial através das Américas. Este mesmo dinheiro foi suficiente para ser enviado à Ásia para a compra de especiarias e têxteis, os famosos panos de algodão do comércio setecentista entre África e Brasil.

O tema monetário também lança luz sobre a questão do porquê dos africanos como escravos. Devido aos desastres demográficos que reduziram as populações indígenas da América em noventa por cento (ou algo assim) no século xvi, a mão-de-obra para apoiar qualquer iniciativa nas Américas teve de ser importada de fora. Mesmo assim, por que os africanos? Os imigrantes provenientes da Península Ibérica não existiam necessariamente, e os da Inglaterra surgiam só em momentos de recessão econômica.⁷ Se tivessem chegado em números elevados, teriam diminuído na Europa os mercados domésticos de consumo dos produtos provenientes do Novo Mundo. E o pagamento de salários, ou de outros incentivos monetários com que os colonos livres do velho país

⁷ David W. Galenson, *White Servitude in Colonial America: An Economic Analysis*, New York, Cambridge University Press, 1981; David Eltis, "Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation", *American Historical Review*, 98, 5 (1993), pp. 1399-423.

contavam, teriam àquela altura distribuído demasiadamente o dinheiro disponível dos dois lados do Atlântico, prejudicando o crescimento revolucionário da empresa capitalista, crescimento obtido na Europa através da concentração de rendas. Conforme ocorreu, a maioria dos imigrantes partiu sob condições em que não havia nenhum dinheiro em jogo, como servos temporários — *indentured servants*, em inglês — ou atraídos pelas terras praticamente gratuitas da América do Norte.

Mas a África não estava incluída no padrão monetário de ouro e prata da Europa e da Ásia, o que levou os africanos a trocar mercadorias, e eventualmente pessoas, por produtos que os europeus não consideravam como dinheiro.⁸ Para os europeus, trocar mão-de-obra na África por mercadorias permitia-lhes conservar o escasso dinheiro, vital à emergente reorganização capitalista da produção na Europa. Além disto, nas Américas, os africanos escravizados, como propriedade que eram, adquiriram um valor monetário e, como tal, representavam garantia financeira adicional nas fronteiras da economia atlântica, onde os espaços vastos e abertos deixaram a terra com tão pouco valor que os bens imobiliários sozinhos não garantiam o crédito nos montantes necessários para ocupar territórios afastados, fazer com que estes se tornassem produtivos, cobrir os custos elevados da sua consolidação política e seu controle econômico. No contexto desta intensificação do ritmo de crescimento econômico na Europa, e da prolongada atração pela Ásia como fonte de especiarias e outras oportunidades comerciais, as regiões do Atlântico sem minas de ouro ou prata — tanto na África como nas Américas — durante muito tempo permaneceram lugares demasiadamente incertos para atrair os mercadores-investidores já estabelecidos, que desfrutavam de melhores oportunidades nas menos arriscadas economias da Europa e do Oriente. Assim, as regiões não produtoras de prata ou ouro do Novo Mundo e de quase toda a África, após fins do século xvi, ficaram sem capital financeiro. Sua contribuição chave para a economia do Atlântico foi fornecer mão-de-obra para a agricultura e para as minas, sem receber em troca escassos (e, por conseguinte, preciosos) metais — uma operação não meramente de baixo custo nos termos conhecidos de contabilidade, mas especificamente sem envolver ouro ou prata. Deste modo, abriu-se o fosso entre as áreas ricas e pobres do mundo na economia global. A longo prazo, o tráfico funcionou como um meio de valorizar a força de trabalho da África como mercadoria.

Dada esta falta paradoxal de fundos, no meio de tanto ouro e prata, pelo menos nos domínios portugueses, um sub-tema importante que reaparece na

⁸ Ponto elaborado para o século XVIII em Joseph C. Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Madison, University of Wisconsin Press, 1988.

complicada série de etapas que marcaram o desenvolvimento do “complexo do açúcar” seria a diminuição dos custos da expansão europeia para novas zonas, o que levou gente ainda superficialmente financiada a afluir para lá e aproveitar, adicionando sempre um elemento ao que eventualmente se tornou o complexo do engenho. Um exemplo que inclui a escravatura: a mão-de-obra africana não era, de fato, particularmente barata, mas na África as secas e conflitos afins — ou as guerras empreendidas por fatores locais — ocasionalmente criavam refugiados cuja esperança de vida se tornava tão precária que podiam ser comprados pelos europeus por muito menos que o valor da mão-de-obra das pessoas que ali sobreviveriam.⁹ As inclemências climáticas e as calamidades na África efetivamente subsidiavam, deste modo, os custos iniciais ao adicionar os africanos como escravos à mistura que se tornou o complexo do engenho. Mais tarde, obviamente, muitos grupos africanos, com o intuito de vender outros como escravos, estabeleceram-se com os lucros derivados dos altos preços do século XVIII¹⁰ e mantiveram os elevados índices de exportação de escravos durante este século através de iniciativas que tiveram, na origem, uma maior integração com a economia atlântica.

A política econômica portuguesa de transportes, resultante do “comércio” esporádico de mão-de-obra cativa africana no início das viagens ao longo da costa, também forneceu mais um subsídio implícito, e imprevisito, para levar cativos para Portugal e Espanha, os únicos mercados de trabalho da época. Os cativos transportados nas viagens de regresso a Portugal representavam pouco mais do que lastro para preencher os porões dos navios. Estes saíam para o ultramar carregados com grande volume de mercadorias, mas regressavam com minúsculas quantidades de ouro e espaço vazio que era usado para o transporte de barris de água e seres humanos, que ocupavam bastante espaço, embora

⁹ Um tema estabelecido há anos para as Ilhas do Cabo Verde: António Correia Silva, “Subsídios para a história geral do Cabo Verde: as secas e fomes nos séculos XVII e XVIII,” *Studia*, n.º 54 (1994), pp. 365-82; e para a África Ocidental em geral, George E. Brooks, Jr., *Landlords and Strangers: Ecology, Society and Trade in Western Africa, 1000-1630*, Boulder CO, Westview Press, 1993. Para Angola, Joseph C. Miller, “Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa,” *Journal of African History*, 23, 1 (1982), pp. 17-61.

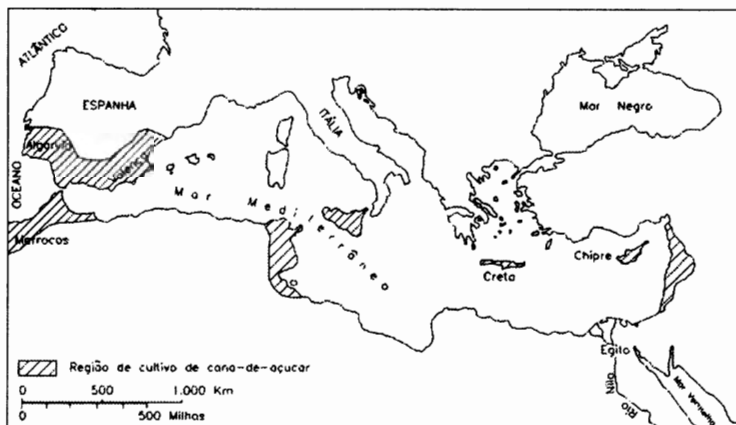
¹⁰ Patrick Manning, “Contours of Slavery and Social Change in Africa”, *American Historical Review*, 88, 4 (1983), pp. 835-57 (tradução: “Escravidão e mudança social na África,” *Novos estudos CEBRAP*, n. 21 [1988], pp. 3-29). Para o tráfico angolano: Joseph C. Miller, “Slave Prices in the Portuguese Southern Atlantic, c. 1600 - 1830”, in Paul E. Lovejoy (org.), *Africans in Bondage: Studies in Slavery and the Slave Trade* (Madison: African Studies Program, University of Wisconsin - Madison, University of Wisconsin Press, 1986), pp. 43-77 (baseado em “Quantities and Currencies: Bargaining for Slaves on the Fringes of the World Capitalist Economy” [Comunicação ao congresso “Escravidão - Congresso Internacional” [São Paulo, Brasil, 7-11 de junho de 1988]). Indicações recentes de cálculos deste tipo em: David Richardson, “Prices of Slaves in West and West-Central Africa: Toward an Annual Series, 1698-1807”, *Bulletin of Economic Research*, 43, 1 (1991), pp. 21-56, e Paul E. Lovejoy e David Richardson, “British Abolition and Its Impact on Slave Prices Along the Atlantic Coast of Africa, 1783-1850”, *Journal of Economic History*, 55, 1 (1995), pp. 98-119.

fossem de baixo valor, além dos mantimentos necessários para manter vivos os cativos durante as longas semanas em que os navios permaneciam no mar.¹¹ O transporte de pessoas em número significativo em viagens de alto mar, e de tão longa duração, era uma inovação da tecnologia marítima européia, que ocorreu no momento próprio e sob circunstâncias oportunas, considerando-se particularmente as restrições financeiras sob as quais os portugueses normalmente negociavam na África.

Voltando dessas considerações gerais à componente histórica: de fato, durante os séculos XIII ao XVI, a cana-de-açúcar foi cultivada no Mediterrâneo em quantidades relativamente pequenas e, por conseguinte, não deverá espantar que o caráter comercial e capitalista de sua produção — isto é, a qualidade que mais tarde definiu o complexo escravo/açúcar — foi claramente abafado por padrões posteriores. Havia pouca tecnologia dispendiosa; a posse da terra utilizada por vezes não estava consolidada; as propriedades onde a cana-de-açúcar era cultivada também produziam outros bens; e os escravos não eram particularmente importantes como mão-de-obra, que tinha uma composição completamente mista. Tão rica e sofisticada era a capacidade dos negociantes e banqueiros na Itália renascentista que os cativos comprados em território eslavo da Europa do Leste e para além das bordas do mar Negro pelos venezianos e outros traficantes da época, eram demasiadamente valiosos para serem empregados maciçamente na agricultura nos mercados de trabalho de elevado custo das cidades islâmicas ao sul e a leste do Mediterrâneo, ou nas cidades cristãs da Itália e da Península Ibérica. Nem tampouco os italianos compravam na época muitos escravos provenientes da África, cujos proprietários muçulmanos do Sudão, do Saara, das vilas do norte da África, das cidades da costa suaíli e de outras partes do mundo islâmico, mantinham ocupados muito mais próximos de suas terras natais.¹² O preço relativamente elevado da mão-de-obra escrava — inclusive a africana —

¹¹ Para o tráfico português do século XV: Ivana Elbl, "The Volume of the Early Atlantic Slave Trade, 1450-1521," *Journal of African History*, 38, 1 (1997); Paul E. H. Hair, *The Founding of the Castelo de São Jorge da Mina*, Madison, African Studies Program, University of Wisconsin, 1994; Hair, "The Early Sources on Guinea", *History in Africa*, 21 (1994), pp. 87-126. Abastecimento suficiente era a condição mais importante da viagem com escravos: Joseph C. Miller, "Overcrowded and Undernourished: The Techniques and Consequences of Tight-Packing in the Portuguese Southern Atlantic Slave Trade", in Serge Daget (org.), *De la traite à l'esclavage* (Actes du Colloque international sur la traite des Noirs, Nantes 1985) (Paris/Nantes: Société Française d'Histoire d'Outre-Mer and Centre de Recherche sur l'Histoire du Monde Atlantique, 1988), vol. 2, pp. 395-424; David Richardson, "The Costs of Survival: The Transport of Slaves in the Middle Passage and the Profitability of the 18th-Century British Slave Trade", *Explorations in Economic History*, 24, 2 (1987), pp. 178-96 (reeditado em Daget (org.), *De la traite à l'esclavage*, vol. 2, pp. 169-81).

¹² A. C. de C. M. Saunders, *A Social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal, 1441-1555*, New York, Cambridge University Press, 1982; mais abrangente, Phillips, *Slavery from Roman Times, e Historia de la esclavitud en España*, Madrid, Editorial Playor, 1990.



Mapa 1: A cana-de-açúcar no Velho Mundo

Fonte: Philip D. Curtin, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays on Atlantic History* (Cambridge, 1990), p. 19.

era um importante obstáculo e um “problema” que teria de ser resolvido antes de os escravos se tornarem presença freqüente na agricultura.

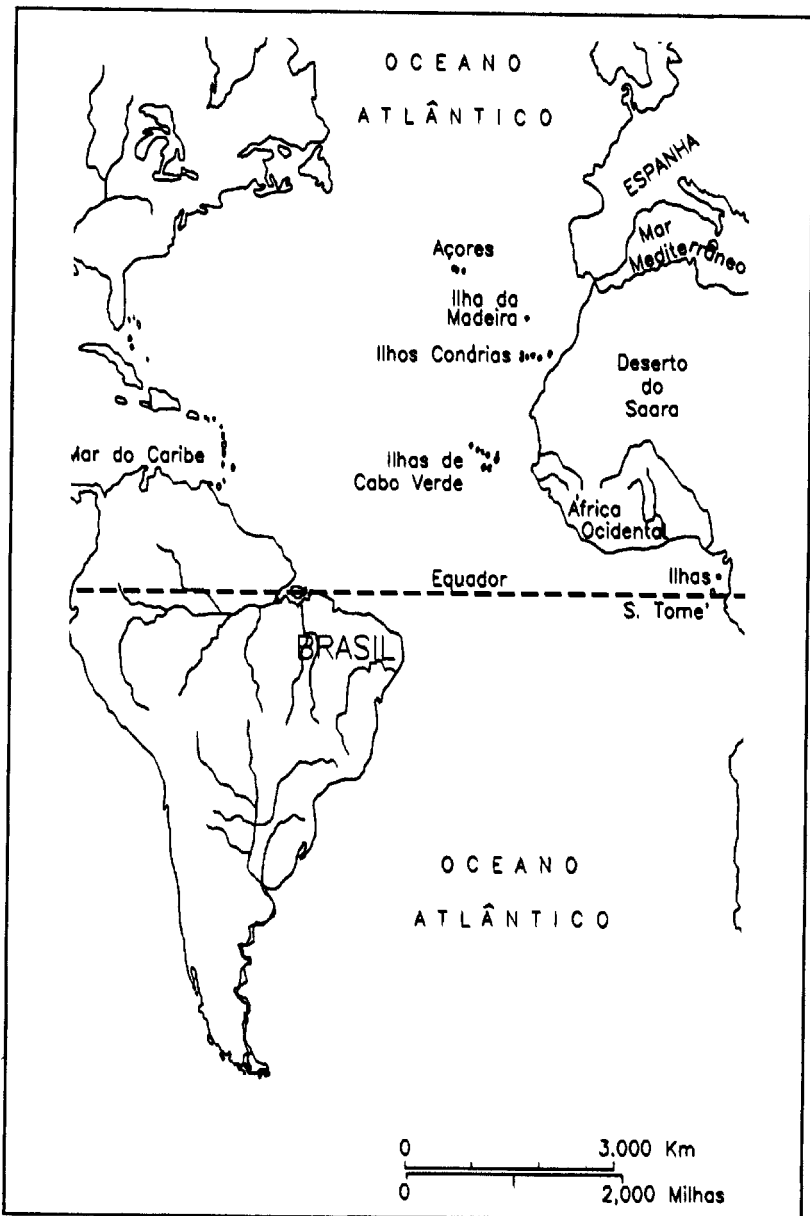
Este complexo econômico envolvendo posse da terra, tecnologia rudimentar, força de trabalho mista, com uso apenas parcial e até mesmo marginal de escravos, além da integração da cana-de-açúcar com uma agricultura de gêneros alimentícios e outras colheitas típicas do Mediterrâneo, representava, de fato, combinações que mais lembravam (pelo menos em retrospectiva) a propriedade feudal da alta Idade Média do que a plantação moderna. Ainda com alguns escravos à mão, o dono da propriedade dependia principalmente de servos e camponeses, que se bastavam a si próprios. Os produtores de açúcar do Velho Mundo, dependiam cada vez mais dos impostos que cobravam dos moradores que moíam cereais nas suas propriedades para pagar a tecnologia inovadora e cara que adotaram, incluindo a adaptação dos engenhos de açúcar hidráulicos, originalmente destinados ao preparo do trigo e azeite, às exigências específicas do preparo do açúcar. Além disso, tipicamente, os donos dos engenhos refinavam eles próprios o açúcar e o vendiam diretamente aos consumidores nos mercados urbanos vizinhos. Deste modo, a produção de açúcar do Velho Continente não antecipou as principais características dos engenhos americanos posteriores: especialização na produção de bens para exportação, até mesmo a monocultura, processamento reduzido a uma primeira fase de semi-acabamento, com tecnologia muito especializada, mão-de-obra exclusivamente escrava e uma posse de terra consolidada.

Em termos teóricos, é possível discutir se esta aplicação de técnicas conhecidas a uma planta nova, no contexto da agricultura medieval, nas ilhas e nas bordas do Mediterrâneo, constituiu ou não uma novidade suficientemente distinta para caracterizar uma fase “originária” do que depois passou a se desenvolver nas ilhas atlânticas e do outro lado do oceano. Para o historiador, a distinção entre a extensão do velho e a origem do novo não se encontra na esfera do abstrato, mas nas mentalidades e estratégias concretas e conscientes, embora talvez ambíguas, dos proprietários agrícolas; no nosso caso, o importante é a intenção de inovar e o investimento de mais recursos para alterar suas fazendas para sustentar o novo. Esta mudança substancial ocorreu mais tarde, à medida em que comerciantes especializados e agricultores cada vez mais dedicados ao açúcar partiram para as ilhas e depois para o outro lado do Atlântico. É de fato possível registrar e calcular o lento crescimento através do qual eles consolidaram cada um dos elementos, já enumerados, da agricultura açucareira desenvolvida e trabalhada por mão-de-obra escrava, entre cerca de 1500 e 1700.

Uma vez que se tratava de uma questão de organizar recursos novos para fins inovadores, estes investimentos se concretizaram apesar de constantes e significativas restrições, sob a forma de falta do capital necessário para assegurar os altos riscos e custos para estender o comércio e a produção para além-mar, e a ritmos rápidos. Um obstáculo comum subjacente ao ritmo e modo de integração econômica do Atlântico, da escravidão e do comércio de escravos, foram certos acontecimentos estranhos às intenções dos aventureiros, homens de negócio, proprietários agrícolas ou dos capitães de navios que terminaram superando dificuldades e facilitando etapas imprevistas através das quais todos, em conjunto, passaram para mundos novos e inesperados.

Se inicialmente o recurso a africanos escravizados freqüentemente tinha como origem reações violentas a crises econômicas temporárias ou a crises ecológicas e — mais significativamente — não implicava um considerável investimento em dinheiro, os primeiros portugueses que navegaram na costa africana foram arrastados para o comércio de escravos sem planejamento ou financiamento. Os europeus tiveram de enfrentar uma falta de capital relacionada ao desafio de competir com redes de comércio muçulmanas florescentes na África Ocidental e, por conseguinte, tiveram de enveredar pelo negócio sujo e arriscado de negociar pessoas, por vezes violentamente, quando se viram impossibilitados de comprar, a preços correntes, as quantidades de ouro e outras mercadorias de que necessitavam para cobrir os custos de suas expedições à África.

Essas circunstâncias, que ocorreram repetidamente neste processo (como geralmente em toda a história), representam a “lei das conseqüências não projetadas” e sublinham a natureza inadvertida (ou oportunista) de muitas



Mapa 2: O mundo atlântico.

Fonte: Curtin, *The Rise and Fall of the Plantation Complex*: p.20.

mudanças históricas ou de “decisões irrefletidas”, na famosa expressão de Winthrop Jordan, descrevendo como os ingleses na América do Norte se viram amarrados à escravidão.¹³ A importância de potencialidades imprevistas deste teor é um outro exemplo das perdas a que os historiadores estão sujeitos por focalizar as “instituições” que se encontram no centro ideológico estável da vida humana, a parte racionalizada, calculada, o segmento da experiência mais resistente à mudança, por oposição às margens e às fronteiras onde a inovação, o desafio e a mudança surgem, num processo análogo à célebre caracterização que fez Marc Bloch dos tipos de dados mais importantes: “evidências, apesar delas próprias”.¹⁴

Estes processos atestam a espontaneidade e a criatividade da mente humana, a elasticidade humana em transpor obstáculos e — na expressão atualmente em voga em estudos históricos — mostram a possibilidade do “agente” ser verdadeiramente efetivo, coletivamente e até mesmo individualmente. São também processos sobretudo e apenas detectáveis na *longue durée*, por definição não conscientes e, de alguma forma, o resultado coletivo bem sucedido de fracassos individuais. Estes processos podem ser observados através da intuição e dedução do historiador, mas não propriamente documentados no sentido convencional da percepção direta, tipo “testemunha ocular”; as suas provas são mais dignas de confiança quase porque não foram observadas e, por esta razão, não poderiam ser apresentadas em representações distorcidas. Por acaso, este é o tipo de história *wigwam*¹⁵ que os especialistas em estudos africanos — e agora em muitas outras especialidades — desenvolveram em escala menor, embora inicialmente com um toque de culpa, motivados pela incapacidade de documentar a história através de documentos cômicos de seus próprios atos. A implicação teórica é que isso tem validade metodológica e torna-se significativo na escala supra-individual da história mundial.

Apesar dos antecedentes do cultivo da cana-de-açúcar no Mediterrâneo, os escravos africanos, e até o açúcar, só aos poucos se tornaram notados entre as várias formas de exploração empregadas inicialmente na maioria das ilhas do Atlântico oriental — Madeira, Canárias, São Tomé —, no nordeste Brasileiro e mesmo nas Antilhas, inclusive Barbados e Jamaica. Os africanos

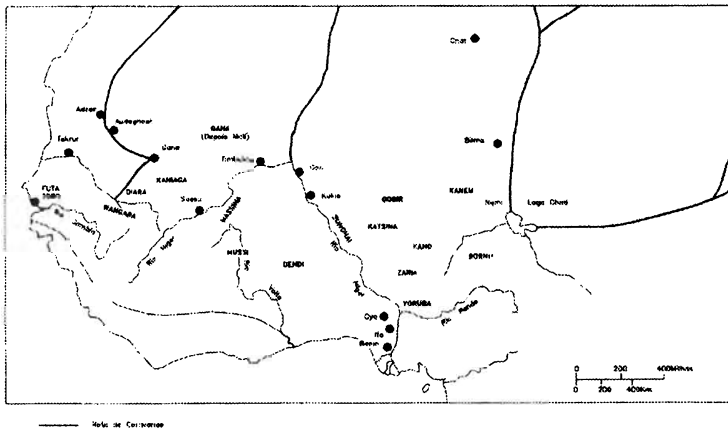
¹³ A frase (“unthinking decision”) vem do livro seminal, no campo da história da escravidão nos EUA, de Winthrop D. Jordan, *White Over Black: American Attitudes Toward the Negro, 1550-1812*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1968.

¹⁴ “Evidence in spite of itself”; Marc Bloch, *The Historian's Craft* (trad. Peter Putnam), Manchester, Manchester University Press, 1984.

¹⁵ Tenda de Índios norte-americanos, com paus fixados em ângulos precários como se estivessem isolados, mas amarrados juntos para estabelecer uma estrutura triangular muito estável; frase de Robin Winks (org.), *Slavery: A Comparative Perspective: Readings on Slavery from Ancient Times to the Present*, New York: New York University Press, 1972.

inicialmente escravizados pelo europeus continuaram o antigo fluxo de mão-de-obra cativa para as cidades do mundo Mediterrâneo, onde eram vendidos a preços vantajosos. A falta de capital explica algumas das razões pelas quais o uso do açúcar e de escravos (e de plantações) foi adiado. Olhando para trás, do ponto de vista da importância subsequente da cana-de-açúcar, especialmente no Brasil e no Caribe, é fácil omitir o fato de que a economia de cada ilha, durante os seus anos de formação, passou por uma fase — às vezes longa — de luta espantosamente semelhante a uma série de outras estratégias de desenvolvimento de baixo investimento, antes de iniciado um percurso vacilante rumo a uma eventual especialização de alto investimento em açúcar e a uma escravidão africana de alto custo. Cada ilha (e a costa brasileira, que não era detentora de ouro ou prata) estreou no comércio atlântico como fonte de extração de madeiras exóticas ou produtos naturais de tinturaria. Estas empresas de extração eram métodos de exploração de territórios virgens que não só tiravam proveito da abundância natural mas que também, em termos das restrições financeiras que operavam no crescimento da economia atlântica, exigiam pouco mais investimento de capital do que meros campos para forragem. Depois, normalmente, seguia-se a caça de gado selvagem, descendentes de animais deixados para se reproduzirem sem limites em terras ainda desocupadas. Esta era uma estratégia que, mais uma vez, exigia pouco ou nenhum capital investido em mão-de-obra ou equipamento.

Em seguida, os colonos que se financiaram a si próprios (ou foram apoiados de alguma forma) tipicamente estabeleciam-se como pequenos agriculto-



Mapa 3: Rotas das caravanas de escravos.

Fonte: Michael L. Conniff e Thomas J. Davis, *Africans in the Americas: A History of the Black Diaspora* (New York, 1994), p. 18.

res, a princípio servindo-se da mão-de-obra da família, embora mais tarde incluíssem servos temporários quando o financiamento das passagens transoceânicas destas pessoas se tornou disponível, se bem que limitado. Os colonos aumentaram as áreas desbravadas e começaram a melhorar as terras desabitadas sem necessidade de grandes investimentos. A irrelevância da experiência mediterrânea do cultivo da cana-de-açúcar, em relação a estas alternativas de baixo custo, verdadeiras estratégias de desenvolvimento desta atividade no Atlântico, dificilmente seria demonstrada de forma mais convincente. Ao mesmo tempo, os escravos comprados na África eram destinados aos mercados mais ricos da Europa, mercados urbanos monetarizados, onde geravam dinheiro já no momento da sua venda, sem a necessidade de empregá-los em locais remotos — no sentido estrutural, além de geográfico.

Somente após uma geração, ou às vezes duas, é que os investidores europeus finalmente acumularam fundos suficientes para assegurar o funcionamento dos engenhos e, nas ilhas áridas, os mecanismos de irrigação de elevado custo, necessários à produção do açúcar. Até então, já pelo século xvii adentro, a consolidação da posse da terra e a produção retardaram-se. Os engenhos de açúcar das ilhas atlânticas processavam a cana-de-açúcar cultivada em pequenas parcelas, por pequenos proprietários de terra, e colhida por mão-de-obra de vários tipos, inclusive escrava. Até mesmo os ricos negociantes genoveses de finais do século xv, que apoiaram esta virada vacilante para a produção de açúcar e o uso de escravos nas ilhas do Atlântico, ainda não dispunham de recursos financeiros para fundar os engenhos integrados e trabalhados por escravos, do tipo que posteriormente se tornou modelo no Caribe no século xviii.

Um passo significativo rumo ao engenho, à moderna “fábrica do campo”, integrada e altamente especializada, trabalhada exclusivamente por escravos, teve lugar na década de 1520 em São Tomé, a pequena e remota ilha equatorial localizada no golfo da Guiné, que tornou-se líder mundial na produção de açúcar entre 1530 e 1560.¹⁶ Em São Tomé, mesmo sem um notório aumento no fornecimento de capital proveniente da Europa, outros subsídios não-monetários disponíveis fizeram com que a produção de açúcar, a uma escala superior a todas as anteriores, se tornasse uma realidade; e, pela primeira vez, quase exclusivamente com força de trabalho africana para lá levada em regime de cativo. A principal redução de custos, que permitiu esta virada para a mão-de-obra africana escrava, veio sob a forma de um rebaixamento puramente circunstancial do preço das pessoas nos mercados disponí-

¹⁶ Robert A. Garfield, *History of São Tomé Island 1470-1655: The Key to Guinea*, San Francisco, Mellon, 1992.

veis na África. O preço baixou no litoral africano a partir do momento em que os portugueses viajaram para o sul e estabeleceram contato, ao longo da década de 1490, com as populações da foz do rio Congo, longe das economias mais comercializadas da África Ocidental, com as suas florescentes trocas de excedentes entre a floresta e a savana, e com o deserto e o Mediterrâneo, estas últimas trocas financiadas pelos muçulmanos.¹⁷

São Tomé também possuía um clima totalmente tropical, com pluviosidade suficiente para por de lado a necessidade de irrigação para a produção de açúcar, o que tinha caracterizado o Mediterrâneo subtropical e as ilhas do Atlântico oriental, onde a ocorrência de chuvas era notoriamente incerta. São Tomé, como ilha equatorial, também tinha uma época de cultivo suficientemente longa para permitir o emprego da força de trabalho nos campos de cana-de-açúcar durante todo o ano, desta forma cobrindo melhor a despesa para sustentar a ainda cara (mesmo que menos cara) mão-de-obra escrava da África. A proximidade geográfica entre São Tomé e as fontes de mão-de-obra na parte central do continente Africano, também reduziu os custos do transporte marítimo através da redução dos mantimentos e da água necessários à alimentação das pessoas deslocadas e (presumivelmente) diminuiu também a incidência de mortes. Desta maneira deu-se início a uma especializada indústria de transporte de escravos em São Tomé, embora localizada, dominada pelos cultivadores “tomistas” da ilha e não pelos portugueses peninsulares ou pelos genoveses. Até este tráfico ainda era bastante rudimentar e com técnicas quase incapazes de suportar quantidades grandes de escravos em prolongadas viagens no alto mar.

Mas estes subsídios circunstanciais foram suficientes para manter o desenvolvimento de uma especialização em açúcar na pequena ilha. Surgiu portanto em São Tomé uma concentração num só produto, com escravos trabalhando na produção e processamento de açúcar mascavado semi-refinado, um tipo de açúcar estabilizado e concentrado exclusivamente para poder ser transportado com segurança para mercados mais distantes na Europa. O capital financeiro italiano foi, por sua vez, atraído pela oportunidade de ganhar com o refino do açúcar mascavado em território europeu e em lá vendê-lo, o que fez com que os lucros obtidos fossem desviados dos donos das plantações com escravos nos trópicos para as mãos dos refinadores, mais próximos dos mercados finais de consumo europeus. Mais tarde, obviamente, os portugueses no Brasil, com apoio financeiro dos holandeses, e depois os franceses e os ingleses nas Antilhas, aperfeiçoaram esta nascente especialização funcional

¹⁷ Esta narrativa existe em português no texto erudito e agradável de Alberto da Costa e Silva, *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses* (2ª ed.), Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996, esp. caps. 9, 11, 13, 16-18, 21-23.

entre o engenho e a economia industrial da metrópole a níveis muito mais elevados e sob o estímulo do investimento de usineiros sediados na Europa. Mas lá, em São Tomé, os colonos optaram definitivamente por escravos como trabalhadores nas plantações de cana-de-açúcar e por um sistemático comércio de escravos local, principalmente da região de Angola e do Sul do Congo, onde se abasteciam. Mesmo assim, as plantações de cana em São Tomé ainda estavam aquém dos engenhos totalmente integrados que surgiriam mais tarde no Caribe, pois lá os escravos viviam em aldeias como camponeses, e não em senzalas, e se responsabilizavam pelo próprio sustento, em vez de viverem das rações fornecidas por seus senhores e compradas no estrangeiro.¹⁸

A história do processo de formação da economia do Atlântico passou posteriormente para o outro lado do oceano, para Hispañola (posteriormente São Domingos, a francesa Saint Domingue, depois chamada de Haiti), onde os espanhóis experimentaram brevemente, e com pouco êxito, o cultivo do açúcar durante praticamente os mesmos anos em que São Tomé prosperava no golfo da Guiné. Já que o envolvimento espanhol com açúcar e escravos no Caribe deu poucos resultados, este precoce insucesso do açúcar sublinha claramente a influência retardadora da problemática oferta de mão-de-obra e de falta de capital para a escravidão e a economia atlântica nestes primeiros anos. Posteriormente, no século XVIII, sob condições de relativamente grande abastecimento de capital e escravos, Saint Domingue e mais tarde Cuba tornaram-se os maiores produtores de açúcar no Caribe. No século XVI, nem o capitalismo europeu nem o fornecimento de escravos africanos tinham se desenvolvido o suficiente para tornar viável o açúcar no Novo Mundo. A possibilidade de pilhagem e a existência de prata na parte continental das Américas também eram suficientemente amplas e correspondiam aos interesses dos espanhóis, e assim eles não tiveram que investir em setores de segundo plano, como o açúcar.

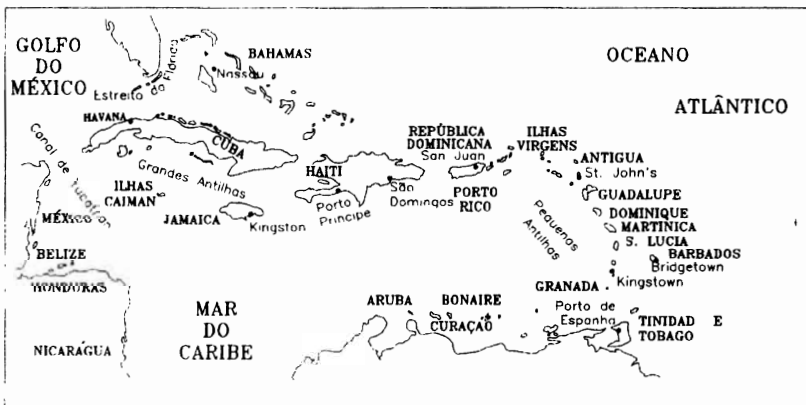
Apesar dessas limitações, ou talvez motivadas por elas próprias, Espanhola e Cuba tornaram-se local do próximo passo significativo para a gradual elaboração do complexo do engenho: consolidação e proteção legal da posse da terra e da infra-estrutura produtiva nelas construída. Esta importante inovação na escala e na organização emergiu da prática dos reis espanhóis de concederem vastas concessões de terras americanas a seus súditos leais, de forma a incentivar a ocupação e a defesa do território conquistado à custa do que restava dos impotentes habitantes nativos espalhados por esses domínios. Por volta de 1529 seguiu-se a promulgação de um decreto fundamental, que se tornaria típico das economias de açúcar americanas, protegendo senhores de engenhos e de escravos do

¹⁸ Isabel de Castro Henriques, "Ser escravo em S. Tomé no século XVI: uma outra leitura de um mesmo quotidiano," *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 6-7 (1987), pp. 167-78.

Novo Mundo contra confisco e dispersão de bens em caso de insolvência financeira. Os investidores europeus — em Hispânia eram ainda os genoveses ou os alemães Welsers, banqueiros de Carlos V — reconheciam o valor dos bens como garantia adicional. A dívida, terceira componente econômica dos engenhos, tornou-se deste modo notável, muito mais do que fora em São Tomé.

O crédito que os banqueiros punham à disposição dos colonos e a segurança legal dada a estes contra o confisco de bens fizeram com que a consolidação da posse de engenhos caros e da força de trabalho escrava, de custo elevado, fossem mais viáveis financeiramente. O dono de uma propriedade estável, onde pudesse empregar escravos, tinha para adquiri-los a garantia adicional de poder pedir dinheiro emprestado. Esta proteção legal funcionou como as formas anteriores de “subsídio” indireto ou, melhor dizendo, não-monetário. Mas aqui, no contexto econômico da prata espanhola do Novo Mundo, entrava na esfera financeira, permitindo àqueles que dispusessem de recursos uma maior posse e controle de terras, bem como de escravos. A partir daí, o endividamento tornou-se uma característica estrutural nos vários setores da agricultura escravista das economias americanas, e o meio através do qual posteriormente foram financiadas as plantações, os engenhos e os navios carregados de escravos que lhes traziam mão-de-obra.

Todavia, a combinação de características que daria origem a um complexo canavieiro desenvolvido estava longe de acabada em Hispânia. Pequenos engenhos trabalhados por animais, tais como os do Mediterrâneo, ainda competiam aqui com os engenhos hidráulicos, financiados por grandes in-



Mapa 4: O Caribe escravista

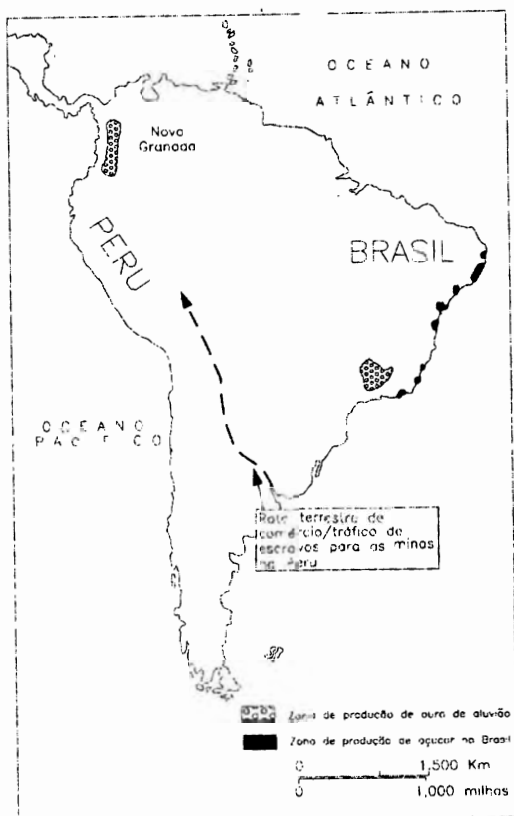
Fonte: Coniff e Davis, *Africans in the Americas*, p. 72.

vestidores estrangeiros e capazes de moer grandes quantidades de cana-de-açúcar. E quando se esgotaram os filões de ouro das ilhas (São Domingos, Porto Rico, Cuba) esgotaram e a prata do continente americano atraiu os principais fluxos de capital para os domínios espanhóis, para longe da agricultura residual do Caribe, a organização da produção de açúcar nas ilhas espanholas voltou às pequenas quintas trabalhadas pelos colonos em regime de mão-de-obra familiar, e não por escravos, semelhante às anteriores fases de desenvolvimento de baixo investimento nas ilhas orientais do Atlântico.

Foi no nordeste brasileiro, após cerca de 1570, como todos sabem, onde finalmente se desenvolveu a monocultura do açúcar a uma escala significativa e duradoura, e os portugueses aí radicados utilizaram escravos africanos pela primeira vez em grande número no Novo Mundo. Embora tivesse nascido assim o importante setor de comércio negreiro — um passo fundamental rumo ao complexo americano canavieiro, com escravos e engenhos, característico do século XVIII — ainda temos somente um momento num processo contínuo. Durante cerca de meio século, antes da década de 1570, o Brasil tinha as mesmas estratégias de baixo investimento usadas nas ilhas orientais do Atlântico; no início abatendo as árvores de pau-brasil que deram à região seu próprio nome, e mais tarde tentando sem sucesso a exploração da cana, em competição com a economia então florescente de São Tomé. Os aventureiros portugueses ativos no Brasil nesses anos não dispunham do capital necessário para esta tarefa, e os meios de transportar eficientemente grande número de escravos através do Atlântico ainda não existiam.¹⁹

Os colonos brasileiros voltaram-se, inicialmente, para a mão-de-obra indígena capturada localmente ou comprada aos caçadores de escravos paulistas, os bandeirantes, que se fixaram no sudoeste. Como escravos, os índios eram notoriamente difíceis de controlar e inclinados a desertar para as conhecidas florestas que os rodeavam. Embora trabalhassem muito pouco, sofressem cruelmente e morressem devido ao contato com as doenças européias, eles, todavia, ofereciam uma vantagem crucial neste período inicial: o fato de serem adquiridos por uma pequena fração dos custos da mão-de-obra africana. Igualmente importante é o fato de que podiam ser trocados por mercadorias, ou simplesmente capturados, em vez de exigirem um dispêndio em moeda (ou notas), como o exigiam os africanos vendidos pelos comerciantes europeus. O baixo custo dos indígenas, por conseguinte, compensou as severas desvantagens que tinham como escravos. O seu uso inicial nos engenhos brasileiros —

¹⁹ Harold B. Johnson, "The Portuguese Settlement of Brazil," in Leslie Bethell (org.), *The Cambridge History of Latin America* (New York, Cambridge University Press, 1984), vol. 1, pp. 249-86.



Mapa 5: Áreas de produção escravista.

Fonte: Curtin, *The Rise and Fall of the Plantation Complex*, p. 101.

e o mesmo tipo de expediente também marcou os primeiros anos das colônias espanholas mais pobres, das colônias holandesas no Caribe e até mesmo de algumas das primeiras colônias na América do Norte²⁰ — resultou da falta de capital e particularmente de dinheiro de fácil acesso. Isso predominou no mundo atlântico do século XVI, e por muito tempo ainda continuaria a caracterizar as colônias novas e periféricas, incapazes de competir com as ilhas canaviais mais ricas e estabelecidas..

A virada definitiva em favor do uso de escravos africanos, de custo elevado, nas Américas ocorreu somente ao longo das últimas décadas do século XVI,

²⁰ Joseph C. Miller, "The Slave Trade," in *Encyclopedia of the North American Colonies* (Jacob Ernest Cooke, ed. in chief) (2 vols.) (New York, Charles Scribner's Sons, 1993), vol. 2, pp. 45-66.

quando várias circunstâncias, mais uma vez aleatórias, reduziram o preço da mão-de-obra na África. O açúcar de São Tomé se arruinou na década de 1560, depois de uma revolta levada a cabo por escravos para ali trazidos nas décadas anteriores.²¹ E na África central o preço dos escravos baixou subitamente. As terras ao sul do Congo, conhecidas desde então por Angola, eram propensas a secas prolongadas e, ao longo da década de 1570, entraram num período de grave estiagem, instabilidade política e guerra.²² Alguns aventureiros portugueses surgiram em cena por essa época numa quixotesca procura de metais preciosos — haveriam montanhas de prata —, e ali estabeleceram uma base militar.²³ Quando os filões de prata se revelaram ilusórios, os portugueses se voltaram para as pessoas deixadas à deriva pela seca e pelas guerras entre os africanos, e elas, vendidas a preços irrisórios, foram transportadas como escravos para as Américas, tanto para os domínios metalíferos dos espanhóis como para o Brasil, a preços que até mesmo os colonos da Bahia e de Pernambuco, com suas dificuldades econômicas, tinham possibilidade de adquirir.

O terceiro elemento crucial que, finalmente, possibilitou aos brasileiros adquirir estes escravos foi o capital holandês, que teve o seu primeiro prodigioso investimento nas Américas precisamente no nordeste brasileiro.²⁴ Aproveitando-se dos precedentes legais do império espanhol, que protegia os proprietários de terras e escravos, os cristãos-novos portugueses, fugidos da Inquisição espanhola em Portugal para os Países Baixos, e os investidores holandeses, novamente interessados nos lucros do refino e venda de açúcar mascavado brasileiro na Europa, proporcionaram aos colonos de Pernambuco e da Bahia o financiamento de escravos e a construção de grandes e caros engenhos de açúcar, nas extensas terras que tinham obtido de monarcas ansiosos por atrair imigrantes àquelas remotas possessões. Todos estes fatores permitiram aos brasileiros do nordeste combinar os elementos estabelecidos anteriormente, embora em escala muito menor, em São Tomé e São Domin-

²¹ Jan Vansina, "Quilombos on São Tomé, or In Search of Original Sources", *History in Africa*, 23 (1996), pp. 453-59.

²² Miller, "Drought, Disease, and Famine"

²³ Beatrix Heintze, *Studien zur Geschichte Angolas im 16. und 17. Jahrhundert: ein Lesebuch* (Köln: Rüdiger Köppe Verlag, 1996); incluindo "Das Ende des unabhängigen Staates Ndongo (Angola)," *Paideuma*, 27 (1981), pp. 197-273; "Der portugiesische Besiedlungs- und Wirtschaftspolitik in Angola, 1570-1607," *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, 17 (1981-82), pp. 200-19; "Waren die Tage des Königreichs Ndongo nach Ankunft der Portugiesen gezählt? Zum Handlungsspielraum des Ngola 1575-1671," *Saeculum*, 34, nos. 3-4 (1986), pp. 270-90; também "Unbekanntes Angola: der Staat Ndongo im 16. Jahrhundert," *Anthropos*, 72 (1977), pp. 749-805. Recentemente: Ilídio do Amaral, *O Reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos), o Reino dos "Ngola" (ou de Angola) e a presença portuguesa, de finais do século xv a meados do século xvii* (Lisboa: Ministério de Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996).

²⁴ Schwartz, *Sugar Plantations*; José Gonçalves Salvador, *Cristãos-novos e o comércio no Atlântico meridional (com enfoque nas capitanias do sul 1530-1640)*, São Paulo, Pioneira/Brasília, Instituto do Livro, 1978.

gos: escravos africanos a trabalhar em propriedades altamente — e seguramente — financiadas e endividadas.

A política econômica do tráfico atlântico de escravos tornou-se a essa altura um significativo apoio para a concretização da escravidão no Novo Mundo. Durante a união de Portugal com a Espanha, da década de 1580 até a de 1630, os mercadores portugueses, muitos deles também de ascendência judaica, não só viram nos investimentos holandeses no Brasil um incentivo, como também obtiveram um outro tipo de subsídio: o acesso que a união política lhes dava à prata espanhola. Adaptaram-se através do desenvolvimento de técnicas de transporte de grandes quantidades de africanos nas viagens transatlânticas. Seria interessante analisar cuidadosamente o comércio do *asiento* espanhol do século xvi, em termos da sua política de transporte, para calcular quais os desenvolvimentos tecnológicos que converteram o tráfico de escravos — um comércio subsidiário português para a Europa nos primeiros anos do século XVI, e um comércio local e de curto alcance do Congo e de Angola para São Tomé em meados desse século — numa indústria de grande escala, sediada na Europa e, após 1600, capaz de transportar africanos aos milhares para as Américas.²⁵ Os holandeses, claro, aperfeiçoaram muito mais essas técnicas marítimas depois de 1620 e encaminharam o comércio transatlântico para os níveis de eficácia posteriores.²⁶ Cinquenta anos mais tarde, na altura das últimas décadas do século xvii, os holandeses e os ingleses já tinham aperfeiçoado a organização comercial do comércio negreiro, quando métodos mercantis de aquisição de escravos substituíram a pura rapina em Angola e as firmas co-

²⁵ Um projeto ainda para o futuro neste ramo de pesquisas. Ver Alejandro de la Fuente García, "El mercado esclavista habanero, 1580-1699: las armazones de esclavos," *Revista de Indias*, 50 (no. 189) (1990), pp. 371-95; Lutgardo García Fuentes, "La introducción de esclavos en Indias desde Sevilla en el siglo xvi," in *Andalucía y América en el siglo xvi* (Actas de las II Jornadas de Andalucía y América - Universidad de Santa María de la Rábida, Março 1982) (Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1993), vol. 1, pp. 249-74. (Publicaciones, no. 292); Lorenzo E. López y Sebastián e Justo L. del Río Moreno, "Comercio y transporte en la economía del azúcar antillano durante el siglo xvi," *Anuario de estudios americanos*, 49 (1992), pp. 55-87; Esteban Mira Caballos, "Las licencias de esclavos negros a Hispanoamérica (1544-1550)," *Revista de Indias*, n.º 201 (1994), pp. 273-99. Entre estudos mais antigos: Carlos Sempat Assadourian, *El tráfico de esclavos en Córdoba de Angola a Potosí, siglos XVI-XVII*, Córdoba, Dirección General de Publicaciones, 1966; Vicenta Cortés Alonso, "La trata de esclavos durante los primeros descubrimientos (1489-1516)," *Anuario de Estudios Atlánticos* (Madrid), 9 (1963), pp. 23-50; Rozendo Sampaio Garcia, "Contribuição ao estudo do aprovisionamento de escravos negros na América Espanhola (1580-1640)," *Anais do Museu Paulista*, 16 (1962), pp. 1-195; Enriqueta Vila Vilar, "Los asientos portugueses y el contrabando de negros," *Anuario de Estudios Americanos*, 30 (1973), pp. 557-609, *Hispanoamérica y el comercio de esclavos: los asientos portugueses*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1977; e o clássico Georges Scelle, *La traite négrière aux Indes de Castille. contrats et traités d'asiento: étude de droit public et d'histoire diplomatique puisée aux sources originales et accompagnée de plusieurs documents inédits*. Paris, L. Larose et L. Tenin, 1906.

²⁶ Johannes Postma, *The Dutch in the Atlantic Slave Trade 1600-1815*, New York, Cambridge University Press, 1990.

merciais européias substituíram as gerações anteriores de piratas e senhores de escravos do Caribe.

Um outro componente essencial da clássica monocultura da cana-de-açúcar, os engenhos de alta eficiência, com três cilindros, o verdadeiro “engenho” do Brasil, tornou-se uma importante contribuição à consolidação do açúcar e da escravidão no nordeste brasileiro, por volta da década de 1620. Este tipo de engenho podia processar grandes colheitas, provenientes de vastos campos completamente cultivados com cana-de-açúcar, e foi tão inovador e importante para a nova organização do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil que o equivalente português para o termo espanhol *ingenio* passaria a designar todo o complexo de dispositivos criados para alimentar a capacidade voraz da “máquina”. Estimulou-se, deste modo, a consolidação da agricultura de monocultura para exportação. As terras em volta do engenho foram dedicadas exclusivamente à cana-de-açúcar, terras estas que foram desbravadas e suas florestas utilizadas para ferver o suco da cana-de-açúcar. Também lá havia a criação de animais, especialmente de bois que serviam como força motriz para puxar os engenhos, bem como para transportar a cana-de-açúcar cortada. Mas os rebanhos eram mantidos nas terras mais secas (do contrário inaproveitáveis) do interior, em vez de criarem-se nos arredores dos campos de cana.²⁷

O cultivo de cana era tão especializado que a própria comida dos escravos vinha de áreas tão remotas como o sul do Brasil — da baía de Guanabara, ou do Rio de Janeiro — onde a mandioca era cultivada, não por escravos africanos, demasiado caros para o cultivo de gêneros alimentícios que não pudessem ser vendidos na Europa a troco de moeda, mas ao contrário, pelos mais acessíveis escravos indígenas capturados no interior. A escravização de nativos foi deste modo estimulada, uma vez mais, devido à incapacidade de uma área marginal, ainda em fase inicial de crescimento econômico, de competir por mão-de-obra africana de preço elevado com as economias de exportação mais velhas e já estabelecidas. E os escravos africanos — ao contrário do que ocorreria posteriormente no Caribe e em particular na América do Norte — eram demasiado escassos e valiosos para serem desperdiçados no cultivo de gêneros alimentícios.²⁸

Mesmo assim, a organização do cultivo da cana-de-açúcar em Pernambuco e na Bahia não tinha chegado ao ponto do futuro modelo caribenho de plantação completamente integrada. No nordeste brasileiro, um resíduo de

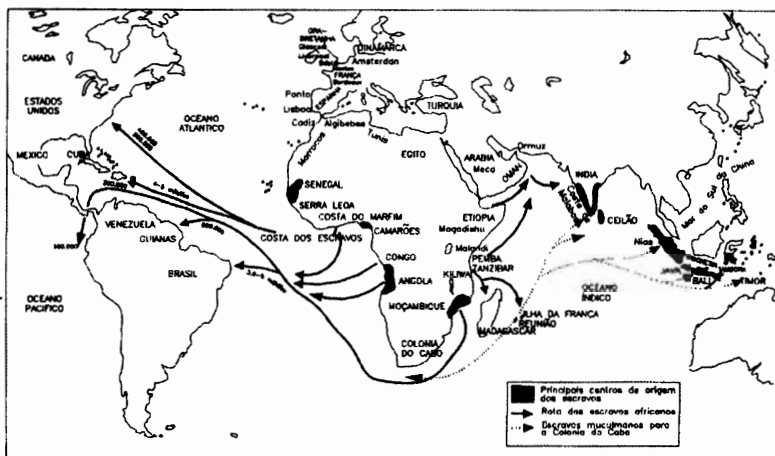
²⁷ Schwartz, *Sugar Plantations*.

²⁸ Entre muitos: Jay Alan Coughtry, *The Notorious Triangle: Rhode Island and the African Slave Trade, 1700-1807*, Philadelphia, Temple University Press, 1981.

tempos remotos e menos especializados ainda estava patente no tamanho médio das propriedades, comparado com padrões posteriores, e numa divisão de cultivo da cana-de-açúcar entre um certo número de lavradores, alguns dos quais com posse de terras demasiado modesta. Dentro das grandes extensões de terras necessárias à produção da cana-de-açúcar para alimentar incessantemente as rodas do engenho, os pequenos lavradores de cana punham os seus próprios escravos a trabalhar para produzir para o enorme engenho central do dono das terras. Estes lavradores tinham uma qualidade medieval, quase como se fossem servos, na forma como ocupavam a terra e pagavam impostos ao seu dono (ou senhor) para que pudessem processar a sua colheita, embora fossem completamente capitalistas no que toca à especialização da cultura, no uso de escravos para cultivar a cana e no destino que davam ao açúcar mascavado. Toda a riqueza e perspicácia comercial dos credores holandeses que financiaram o açúcar brasileiro, aparentemente, foram insuficientes — ou os riscos associados com a posição tênue dos holandeses nos domínios portugueses demasiado elevados — para eliminar este último renascimento de contratos pré-capitalistas, estimulados, contraditoriamente, pela expansão da escala de processamento e colocação do açúcar no mercado.

O engenho capitalista completamente integrado — isto é, não só trabalhado por escravos africanos mas também consolidado em termos de sua posse — emergiu finalmente no Caribe, mas mesmo lá isto não se deu no início. O cultivo do açúcar começou nas Antilhas com a retirada, para Barbados, dos holandeses e seus investimentos no Brasil, nas décadas de 1640 e 1650. A *plantation* clássica ali tomou forma somente através de mais alguns passos adicionais. Apoiando-se no capital holandês, monarquistas exilados da Inglaterra revolucionária empregaram uma população constituída por pequenos lavradores e servos temporários, típica das primeiras fases das outras ilhas atlânticas — senão também do Brasil — e criaram, até cerca de 1680, um setor integrado de produção de açúcar composto de numerosos escravos, embora com os proprietários dos engenhos ainda processando a cana-de-açúcar de pequenos proprietários, segundo o modelo brasileiro.²⁹ Com o tempo (após 1672), os capitais comerciais ingleses, tendo como braço direito a Royal African Company, uniram-se, entre outras coisas, para expulsar os pequenos lavrado-

²⁹ Entre os seus vários estudos: Hilary McD. Beckles, "'Black Men in White Skins': The Formation of a White Proletariat in West Indian Slave Society," *Journal of Imperial and Commonwealth History*, 15, 1 (1986), pp. 5-21; "Black over White: The 'Poor White' Problem in Barbados Slave Society," *Immigrants and Minorities*, 7, 1 (1988), pp. 1-15; "The Economic Origins of Black Slavery in the West Indies, 1640-1680: A Tentative Analysis of the Barbados Model," *Journal of Caribbean History*, 16 (1982), pp. 36-56; *White Servitude and Black Slavery in Barbados, 1627-1715* (Knoxville: University of Tennessee Press, 1989); with Andrew Downes, "An Economic Formalization of the Origins of Black Slavery in the British West Indies, 1624-1645," *Social and Economic Studies*, 34, 2 (1985), pp. 1-25.



Mapa 6: Centros de exportação de escravos e rotas de tráfico
 Fonte: Coniff e Davis, *Africans in the Americas*, p. 47.

res, providenciando o crédito — significativamente sob a forma de escravos — para consolidar em Barbados os três elementos clássicos de produção: a mão-de-obra escrava, a terra e a tecnologia. Em termos da economia política de transportes no Atlântico, a Royal African Company trouxe novo potencial de suprimento de escravos, regularizando a oferta de mão-de-obra e reduzindo a irregularidade de suas viagens — se não reduzindo os próprios custos — para baixar os riscos de investimento nos engenhos.³⁰ A princípio, a companhia parece ter atuado no fornecimento de escravos de uma forma tão eficiente que o número transportado excedeu a capacidade de absorção das ainda jovens e monetariamente indigentes plantações de Barbados. Naquela fase, ainda é possível perceber-se a fragilidade econômica no transporte de escravos, de forma que a companhia só atravessava o Atlântico sob proteção dos direitos de monopólio e outros privilégios. Ela também teve de criar um mercado para os seus próprios escravos, financiando os colonos barbadianos nas suas compras de mão-de-obra trazida da África. O interesse da companhia em investir nos escravos do Novo Mundo demonstra o quanto a dívida comercial era fundamental para a expansão do açúcar em sua fase inicial. E, mais uma vez, nos primórdios dessa era, uma estratégia de crédito acarretava riscos sérios, já que muito deste investimento gerava perdas para a empresa impossíveis de recuperação — era mais um “subsídio” à própria escravidão, mais uma vez não intencional e, neste caso, de natureza diretamente financeira.

³⁰ David W. Galenson, *Traders, Planters and Slaves: Market Behavior in Early English America*, New York, Cambridge University Press, 1986.

Todos os elementos de um sistema agrícola maduro estavam, finalmente, nos seus devidos lugares no início do século XVIII, apoiados a partir daí por uma rede de comércio de escravos eficiente, liderada pelos chamados “comerciantes livres” atraídos pelos ganhos financeiros que, por essa época, já estavam à disposição de indivíduos habilidosos e afortunados, integrados às extensas propriedades canavieiras da Jamaica e Saint Domingue. Esta combinação, todavia, permaneceu tão dispendiosa que somente se difundiu pelas ilhas inglesas do Caribe através de uma política de subsídios adicionais indiretos, por exemplo, a grande fertilidade de terras virgens e gratuitas, a lenha barata da Jamaica e outras ilhas do Caribe, as oportunidades que os traficantes de escravos tinham de compensar o risco de vender a colonos endividados com a vantagem de vender aos espanhóis em troca de prata, durante os anos em que a South Seas Company deteve o *asiento* espanhol (1713-39)³¹ e, mais tarde, o contrabando de mercadorias para o Brasil em troca do ouro lá existente. Também podiam importar gêneros alimentícios a preços mais acessíveis dos agricultores livres da América do Norte, que empregavam mão-de-obra familiar. O crescente grau de sofisticação do capitalismo mercantil inglês, em finais do século XVII, aumentou estes subsídios, assim como o apoio dos fornecedores africanos que, a esta altura, tinham constatado que a venda de escravos aos europeus era tão proveitosa para o avanço de seus interesses particulares que eles construíram e mantiveram grandes estados, por vezes militarmente poderosos, para promover e cobrar impostos sobre as caravanas de cativos que rumavam em direção à costa. E com o tempo — embora muito mais cedo em áreas marginais do Novo Mundo, como o Chesapeake, na América do Norte, do que nas prósperas ilhas açucareiras do Caribe — a escravidão no Novo Mundo também foi subsidiada pela capacidade reprodutiva — tanto biológica como social e cultural — dos próprios escravos.³² Tudo isso funcionava como “subsídios” econômicos no sentido preciso de que reduzia o custo monetário de integrar os vastos e vazios espaços do Novo Mundo à produção de mercadorias — principalmente o açúcar, mas também tabaco, cacau, anil, arroz, depois o café e o algodão — que rendiam dinheiro na Europa e, evidentemente, o próprio ouro do Brasil, da Colômbia e de outras partes da América. Os lucros na Europa eram suficientes para que os mercadores pudessem comprar têxteis nas economias movidas a ouro da Ásia, e posteriormente vendê-los na África em troca de escravos. E tudo isto se processou, evidentemente, quando as forças que viriam destruir a escravidão (embora não os engenhos) já estavam ganhando terreno na Europa.

³¹ Colin A. Palmer, *Human Cargoes: The British Slave Trade to Spanish America, 1700-1739*, Urbana IL, University of Illinois Press, 1981.

³² Douglas B. Chambers. “‘He Gwine Sing He Country’: Africans and Afro-Virginians in the Development of a Slave Culture in Virginia, 1680-1810” (Diss., University of Virginia, 1996).

Com uma persistente, embora aparentemente paradoxal, falta de capital como pano de fundo, os comerciantes europeus integraram, deste modo, a escravidão e o comércio de escravos com a plantação de cana-de-açúcar, através de uma série de passos distintos, que acompanharam respostas funcionais e bastante específicas ao obstáculo econômico central que tinha sido basear a consolidação dos primórdios da economia atlântica na concentração de riqueza monetária na Europa. A falta de capital torna-se visível, para fins analíticos, somente quando se encara o sistema atlântico em termos de suas fases de crescimento, como um processo de expansão rápida; a economia do equilíbrio não revela as suas tensões dinâmicas, o motor da história. O comércio transatlântico de escravos, embora dispendioso para os colonos, ajudou a suplementar os fundos limitados disponíveis na Europa durante o período formativo do capitalismo comercial, ajudou a criar um “novo mundo Atlântico”, largamente, embora ainda não completamente integrado através de propriedades capitalistas por volta do século XVIII. Do ponto de vista das vantagens de capitalizar rapidamente a Europa, o tráfico converteu a mão-de-obra africana, adquirida através de mercadorias de pouco valor, em metais preciosos das Américas, ou em especiarias ou drogas americanas — além de açúcar, tabaco, cacau e finalmente café — que valiam moeda corrente ou notas que podiam ser trocadas por moeda.

A escravidão surgiu associada a uma situação de desgraça humana nas franjas dessa economia transoceânica emergente. Surgiu com violência na África, associada às secas, como já vinha acontecendo há muito tempo, às pilhagens dos senhores da guerra, desde os corsários vikings da Europa do norte, aos reis cavaleiros dos impérios sudaneses, aos bandeirantes de São Paulo, à agressiva Companhia das Índias Ocidentais dos holandeses — que invadiu possessões portuguesas e espanholas na África e nas Américas — ou mesmo, entre os ingleses, ao capitão John Hawkins e a outros aventureiros isabelinos, com suas missões de pilhagem levadas a cabo desde a fase inicial do envolvimento inglês no comércio de escravos.³³ Os corsários desse tipo vendiam as pessoas que capturavam como escravos e assim asseguravam a sua entrada na florescente economia mundial, à medida em que esta se espalhava das zonas islâmicas, através da Europa cristã, rumo à América e eventualmente à África.

Banqueiros mais próximos do centro, desde os italianos do início do Renascimento aos genoveses que apoiaram os portugueses, depois os holandeses e os ingleses nos séculos XVII e XVIII, entesouraram e investiram o ouro ou a prata que amalharam para se tornarem, eles próprios, os capitalistas, estimulando

³³ Veja, por exemplo, Michael M. Craton, *Sinews of Empire: A Short History of British Slavery*, Garden City NY, Anchor Press, 1974.

do todo o processo em benefício próprio. À medida em que o volume do comércio de escravos ia crescendo, sua organização tornou-se mais eficiente. Seus preços finais, que tinham declinado, não só absorveram uma parte dos custos dos escravos na África, que aumentavam continuamente, como também subsidiaram a escravidão ligada ao açúcar na América, tornando possível financiar o fornecimento de mão-de-obra em quantidade muito além da capacidade que tinham os colonos de pagá-las. Os volumes elevados eram uma das estratégias das grandes companhias para compensar os custos elevados. Seguiram-se a fragilidade dos preços no Novo Mundo, assim como o elevado endividamento e, pelo menos nos primeiros anos e nos setores menos prósperos, as falências. Os caminhos através dos quais o comércio de escravos e a escravidão gradualmente acabaram por sustentar o açúcar e as plantações no Atlântico — e, na África, promover a formação de estados e a exportação de mercadorias — revelam, por conseguinte, os mecanismos de financiamento das periferias, numa economia mercantil mundial em expansão, centrada na Europa e carente de grandes investimentos em dinheiro no comércio ou na produção. A riqueza foi deste modo, acumulada nos centros capitalistas do sistema.

O desenvolvimento de uma economia capitalista agrícola totalmente baseada na mão-de-obra escrava, apoiada por um volumoso comércio negroiro, foi, por isso, um processo moroso e gradual, que progrediu neste contexto de escassez de capital exclusivamente através do benefício de uma série de “subsídios” diretos e indiretos: através de uma economia política de transportes, através do baixo custo de mão-de-obra na África devido à violência e à miséria, através de condições tropicais de cultivo que estenderam a atividade dos escravos ao longo do ano inteiro, através das terras gratuitas nas Américas e estratégias de baixo investimento empregadas para assegurá-las, através da proteção legal dos proprietários de engenhos e escravos, e, por fim, através de progressos tecnológicos na área de processamento. A integração de cada um desses componentes normalmente criava tensões de várias ordens nos demais, o que levou seus proprietários a superá-las através de outras inovações que, por sua vez, deixaram as marcas de um obstáculo novo e diferente (ou incentivos) a mudanças posteriores numa outra direção. A crescente capacidade financeira da Europa e as novas formas de organização dos negócios permitiram aos portugueses, com a assistência dos holandeses, desenvolver o comércio de escravos a um elevado volume e a uma escala transatlântica, em finais do século xvi. E levaram os holandeses a expandir o seu envolvimento neste negócio cada vez mais rentável durante o século xvii. Também ajudaram os ingleses a desenvolver, no mesmo período, seu comércio para além de suas primeiras estratégias, subsidiadas e violentas, na medida em que o “complexo da *plantation*”, lentamente desenvolvido, se transformou na forma clássica

que prevaleceu na Jamaica e em Saint Domingue, no século XVIII, um momento que muitos historiadores arbitrariamente cristalizaram no tempo como sendo “clássico” do sistema de plantação.

Os anos de formação do complexo açucareiro e os da escravidão no Atlântico foram, de fato, distintos no seu caráter e nos desafios que apresentaram.³⁴ A narrativa destas mudanças graduais e adicionais ilustra a importância de se colocar o passado, bem como o presente, em perspectiva, em termos de processo, verdadeiramente como história. Isto é evidente em toda a área de conhecimento sobre o Atlântico, como agora reconhecemos. O meu argumento é, por conseguinte, um realce do aspecto cumulativo e processual da história, servindo-me de uma narrativa do passado aparentemente conhecida para ilustrar a facilidade como, até historiadores mestres no gênero, podem colocar de lado os conceitos de tempo e mudança, porém a um custo muito elevado. Este argumento pode ser estendido a toda a história da escravidão, onde quer que ela se encontre, bem como a outros temas históricos.

³⁴ Exatamente o contrário do que se encontra em obra recente: “Neither slavery nor the plantation system were new when they emerged in the Lesser Antilles and elsewhere in the Americas. [...] Sugar plantations had been developed in the Mediterranean and on the islands of the Atlantic coast of Africa before their reemergence with the rediscovery of the Americas. Indeed, their previous history helps to explain the rapid expansion of slavery in the [...] colonies. [...] While the conditions of production were not based upon a new set of innovations in the New World ...”: Stanley L. Engerman, “Europe, the Lesser Antilles, and Economic Expansion, 1600-1800,” in Robert L. Paquette e Stanley L. Engerman (org.), *The Lesser Antilles in the Age of European Expansion* (Gainesville: University Press of Florida, 1996). Se nota que o sucesso do sistema é aqui atribuído à uma presumida estabilidade.